

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	25
Objeto do trabalho e recorte metodológico.....	25
Teses propostas.....	27
Estrutura do trabalho.....	28

Capítulo 1

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE FATO NOTÓRIO	31
1.1. Os perigos do notório	31
1.2. Evolução histórica do fato notório.....	37
1.2.1. Origem no direito canônico.....	37
1.2.2. Friedrich Stein e o conhecimento privado do juiz.....	43
1.2.3. Crítica de Piero Calamandrei ao Projeto Carnelutti.....	47
1.3. O fato notório no direito processual brasileiro.....	53
1.4. Conceito e características do fato notório	61
1.5. Classificação do fato notório.....	66
1.6. Diferença entre fato notório e outras categorias.....	70
1.6.1. Fato notório vs. conhecimento privado do juiz.....	70
1.6.2. Fato notório vs. regra de experiência	75
1.6.3. Fato notório vs. costume	83
1.6.4. Fato notório vs. notório material	86
1.6.5. Notoriedade vs. standard probatório.....	91
1.7. Conclusão parcial.....	94

Capítulo 2

FATO NOTÓRIO E O PARADOXO DO CONHECIMENTO DOS FATOS NA MODERNIDADE	97
2.1. Fato notório e esfera social	97
2.2. Fato notório e cultura	103
2.3. <i>Internet</i> e sociedade em rede.....	108
2.4. <i>Big Data</i> e sobrecarga de informações.....	111
2.5. Fatos e hiperdocumentação.....	115
2.6. Notoriedade e crise do conhecimento.....	121

2.7.	Fatos, imprensa e opinião pública.....	126
2.8.	Notoriedade e <i>Wikipedia</i>	133
2.9.	Epistemologia da notoriedade	138
2.10.	Notoriedade, verdade e certeza.....	144
2.11.	Conclusão parcial.....	152

Capítulo 3

NOTORIEDADE E INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS DE FONTES DA INTERNET	155
3.1. Proposta de classificação da notoriedade.....	155
3.1.1. Escolha de um critério pragmático	155
3.1.2. Notoriedade direta e indireta.....	158
3.2. Notoriedade indireta e <i>judicial notice</i>	164
3.2.1. Fatos notórios na <i>Rule 201</i> da <i>Federal Rules of Evidence</i>	164
3.2.2. <i>Judicial notice</i> e informações da <i>internet</i>	172
3.3. Poderes instrutórios do juiz e notoriedade indireta	180
3.3.1. Poderes instrutórios: premissas gerais	180
3.3.2. Léxico probatório e notoriedade da prova	185
3.3.3. Notoriedade, informações <i>on-line</i> e documentos eletrônicos	188
3.3.4. Riscos, vieses cognitivos e (suposta) neutralidade da rede	194
3.3.5. Garantias processuais e critérios para pesquisa judicial na <i>internet</i>	202
3.3.6. Excurso: princípio da conexão no processo do trabalho	213
3.3.7. Fatos constitucionais e o problema <i>in-house fact finding</i>	219
3.4. Meios de prova e notoriedade indireta	225
3.4.1. Fato notório e inspeção judicial	226
3.4.2. Fato notório e prova técnica simplificada	233
3.4.3. Fato notório e interrogatório livre	238
3.5. Conclusão parcial.....	243

Capítulo 4

RECONSTRUÇÃO DO REGIME PROCESSUAL DO FATO NOTÓRIO	245
4.1. Fatos e alegações fáticas.....	245
4.2. Princípio dispositivo e aporte de fatos ao processo	249
4.3. Fatos primários e fatos secundários	252
4.4. Ônus de alegação de fatos e ônus de alegação de fatos notórios	257
4.5. Ônus de impugnação dos fatos e ônus de impugnação dos fatos notórios	265
4.6. Fatos notórios e fatos não impugnados.....	270
4.7. Juiz e o brocardo “o que não está nos autos não está no mundo”	274

4.8. Poderes do juiz e o fato notório	278
4.9. Fato notório no raciocínio probatório	282
4.10. Fato notório e recursos ordinários	288
4.11. Fato notório e recursos excepcionais.....	293
4.12. Fato notório e ação rescisória	300
4.13. Fatos notórios e negócio jurídico processual.....	305
4.14. Conclusão parcial	310
CONCLUSÃO	313
RESENHA	317
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	321